MANTER DIREITOS, AMPLIAR CONQUISTAS!

As centrais sindicais brasileiras voltam às ruas de todo o País em defesa da ampliação e manutenção de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Vamos pressionar o Congresso para que os/as parlamentares votem a favor da classe trabalhadora e da sociedade para que o Brasil caminhe na direção do desenvolvimento, com sustentabilidade, distribuição de renda, igualdade de direitos e justiça social.

Conheça a pauta defendida pelas Centrais Sindicais:

- Fim do Fator Previdenciário;
- Correção da Tabela do Imposto de Renda;
- Redução da Jornada de Trabalho para 40 horas semanais;
- Contra o PL 4330, da terceirização;
- Pela justa correção do FGTS;
- Regulamentação da Convenção 151 da OIT, sobre o direito à negociação dos servidores públicos;
- Fim do Trabalho Escravo;
- Reforma Agrária e fortalecimento da agricultura familiar;
- Regulamentação do emprego das/os trabalhadoras/es domésticas/os;
- Aprovação do Saúde +10 (PLP 321/2013);
- Contra a privatização do Pré-Sal;
- Redução dos juros e do Superávit Primário;
- Ratificação da Convenção 158 da OIT, pelo fim da demissão imotivada;
- 10% do PIB para Educação.

QUEM LUTA CONQUISTA!

Novembro/2013



CGTB Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CTB Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT Central Única dos Trabalhadores
Força Sindical
NCST Nova Central
UGT União Geral dos Trabalhadores

CGTB Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CTB Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT Central Única dos Trabalhadores
Força Sindical
NCST Nova Central
UGT União Geral dos Trabalhadores

BRASIL
CONTRA O FATOR PREVIDENCIÁRIO

FATOR PREVIDENCIÁRIO é um critério utilizado para calcular o valor das aposentadorias, considerando o tempo de contribuição, idade e expectativa de vida.

Criado em 1999 por Fernando Henrique Cardoso, o fator reduz de forma injusta o valor do benefício, provocando uma perda salarial que pode superar os 40%. Vale lembrar, que nem os governos Lula e Dilma acabaram com o fator previdenciário. Por isso, o movimento sindical volta às ruas para acabar com esta injustiça social.

O FATOR PREJUDICA TODOS/AS OS TRABALHADORES/AS, especialmente quem começou a trabalhar muito jovem – o que é muito comum no Brasil entre as famílias de menor renda, ou seja, a maioria dos brasileiros/as.

Exigimos o **FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO**, que é nocivo ao/à trabalhador/a, à sociedade brasileira e ao desenvolvimento do País.

ACABAR COM O FATOR É FAZER JUSTIÇA a quem teve que começar a trabalhar mais cedo, é pensar no futuro dos nossos jovens e das novas gerações.

CORREÇÃO DA TABELA DO IMPOSTO DE RENDA JÁ!

Quem ganha menos deve pagar menos; quem ganha mais deve pagar mais.

Pela tabela atual, defasada desde 1995 em mais de 70%, quem recebe mais de 2,52 salários mínimos (cerca de R$ 1.700) paga Imposto de Renda. Esta defasagem reduziu o limite de isenção do IRPF, fazendo com que trabalhadores/as com rendas mais baixas passassem a ser tributados.

Um exemplo: um/a trabalhador/a que recebia R$ 1.600 (nesta faixa estava isento de imposto) e teve um aumento salarial de 10%, passou a receber R$ 1.760, mas também passou a pagar o IR, na faixa de 7,5% (R$ 132). Ou seja, se a tabela do imposto não for revista, o aumento conquistado na campanha salarial pode ir todo para o IR e não para o bolso do trabalhador/a.

Já quem recebe mais de R$ 4.271,59 mensais é tributado em 27,5%. Porém, quem recebe muito mais do que isso, mesmo que supere dezenas de milhares de reais, também é tributado em 27,5%. Isso é muito injusto.

O/a trabalhador/a assalariado/a (registrado em carteira) tem o IR descontado direto na folha de pagamento. Já quem recebe seus rendimentos por meio de outras fontes consegue “fugir” do imposto, porque a cobrança é menos rigorosa.

Por isso, exigimos a atualização da tabela, assim quem ganha menos pagará menos e quem ganha mais pagará mais.

